

RESENHA

NGB: UMA CINQUENTONA ENXUTA OU CLAUDICANTE? EIS A QUESTÃO!

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Editorial Parábola, 2009. 207 páginas. R\$ 29,00.

A NGB está completando 50 anos. E, não obstante, muito pouca gente, alunos de graduação em Letras incluídos, sabe dizer o que significam estas três letras; e, ainda que se lhes esclareça seu significado, a situação se manterá em brancas nuvens.

Talvez isso não importe tanto. Diferentemente de uma regulamentação da ortografia, que afeta todo e qualquer cidadão que faça uso da escrita, a nomenclatura gramatical é um assunto que concerne, principalmente, aos professores de língua portuguesa, ainda que o alvo, o produto final da criação da nomenclatura, seja o estudante. É quase consenso entre os especialistas que uma nomenclatura gramatical que não se preste ao ensino não tem sentido.

Mas a que será que se destina uma nomenclatura?

Lembro-me de uma passagem do livro “O mundo de Sofia”, do norueguês Jostein Gaarder, em que o professor da protagonista, a jovem Sofia Amundsen, lhe ensina a importância de Aristóteles para a ciência ocidental: entre outras tantas coisas que realizou, o estagirita criou nomenclaturas para as mais variadas áreas do saber, o que fez com que o conhecimento humano fosse devidamente disposto em “gavetinhas”. A metáfora, salvo armadilhas da memória, é essa mesma: a nomenclatura põe o conhecimento em gavetas, organiza o caos, faz com que as coisas sejam mais facilmente identificadas. Assim é na medicina, na biologia, nas ciências em geral, no futebol; assim não poderia deixar de ser numa pretendida ciência gramatical.

O avesso disso? Uma língua não é um espelho fiel do mundo, e a realidade não é um simples quebra-cabeça que a linguagem possa recortar com perfeição. Não. A linguagem tem tão somente o dom de selecionar, de recortar a realidade. E sabemos que selecionar implica excluir. Recortar implica deixar aparas. E o pior não é isso. O pior é que, para o senso comum, não costuma haver distinção entre o recorte e o todo. Se as aparas não são vistas, resulta que o que ficou de fora passa a não mais existir, quando de fato existe, ainda que não notado. E, para ficar nos gregos, corre-se o risco de repetir o mito do leito de Procusto. É a língua que tem de se mutilar para caber na terminologia que lhe foi imputada.

Mas deixemos de divagações, que o leitor não merece filosofia da parte de um não filósofo. Falemos então do livro de que esta resenha deve tratar. Trata-se de *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*, de Claudio Cezar Henriques, professor titular de Língua Portuguesa da UERJ, ex-professor do Colégio Pedro II, membro da Academia Brasileira de Filologia.

Trata-se de uma obra que, em boa parte, aproveita as discussões já empreendidas quando dos 40 anos da mesma NGB, e que foram publicadas nos *CADERNOS DE LÍNGUA PORTUGUESA* do Instituto de Letras da UERJ em, façam-se as contas, 1999. Mesmo assim, não deixa de ser o lançamento da *Parábola* uma obra de fôlego, pelo acréscimo de muitas novidades sobre as quais iremos discorrer.

Antes de tudo, para que se entenda o que levou o então Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, a assinar, no dia 11 de maio de 1959, a portaria que instituiu a NGB, o autor recorre a uma curiosa história documentada por Antônio José Chediak: em 1956, numa prova equivalente ao nosso vestibular, perguntou-se pela função sintática de “bom” na seguinte oração: “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”; eis as respostas colhidas, todas aceitáveis: *adjunto atributivo, adjunto restritivo, adjunto limitativo, adjunto adjetivo, adjunto determinativo, adjunto demonstrativo, adjunto determinativo demonstrativo, complemento atributivo, complemento restritivo, complemento limitativo, complemento adjetivo, complemento qualitativo, complemento de nome, não preposicionado*.

Uma situação pré-surrealista como a descrita acima decorria do fato de que diferentes estudiosos, em todo o país, criavam sua própria nomenclatura, de modo que se tornava quase impossível corrigir uma prova de habilitação para os cursos superiores sem arrancar os cabelos. Eis porque o Ministro da Educação resolveu, na melhor das intenções, constituir uma comissão formada por professores do Colégio Pedro II para elaborar um anteprojeto de uma nomenclatura gramatical.

Mas, para quem pensa que o mundo acadêmico é uma modorra, que não há aventuras, intrigas e peripécias comparáveis aos melhores *thrillers*, há dois capítulos que contam histórias interessantíssimas sobre os bastidores da criação da Nomenclatura. No capítulo intitulado justamente “Bastidores da NGB”, Claudio Cezar reproduz longo e já conhecido depoimento do professor Chediak, em que se conta o espantoso episódio da “bomba” que explodiu no gabinete do diretor geral da Biblioteca Nacional, bomba esta metaforicamente equivalente à do Riocentro. Tratava-se da publicação, por Candido Jucá (filho) das *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Assim se manifestou o professor Chediak, testemunha ocular da história: “*E agora, José? Perguntávamos uns aos outros. O ministro já estava perdendo a paciência, e o desânimo inoculou-se em todos os espíritos. Nenhum dos membros da comissão aceitou ser o relator [do anteprojeto da Nomenclatura]. Era natural que não aceitasse. A imprensa já estava noticiando o fato*”.

Daí resultou que, do anteprojeto para a nomenclatura gramatical propriamente dita, se chegasse a um documento “*magro, seco, sem comentários. Apenas o nome*.”

Com estas informações, não quero dar a entender que o livro de Claudio Cezar Henriques é uma coletânea de fofocas do mundo acadêmico, uma *Contigo* com laurel. Nada disso. É obra técnica no melhor sentido da palavra, mas o fato é que vários percalços de bastidores tiveram consequências muito sérias para a

elaboração do documento final, e detalhes como esses, ainda que tratados com a devida descrição, não poderiam ficar de fora, sob pena de prejudicar o rigor histórico do livro.

E por falar em história, não faltou ao autor o tino investigativo, ao nos brindar com o valioso documento que é a matéria publicada por Zuenir Ventura na *Tribuna da Imprensa* em julho de 1959, sobre então recém-publicado livro de Adriano da Gama Kury. A novidade não é a matéria em si, mas a reprodução de um manuscrito pertencente ao acervo da Universidade Católica de Petrópolis. Nele, o linguista Mattoso Câmara Jr. faz anotações sobre entrevista que dera “ao Sr. Zuenir”, que lhe fizera as seguintes perguntas: 1) Que achava da NGB? 2) Que restrições lhe fazia? 3) Que proporia numa futura revisão? 4) Como se explicava não ter participado da Comissão e, entretanto, ser a cada passo citado pelos membros da Comissão Antenor Nascentes e Silvio Elia, e pelo Adriano Kury na sua *Pequena Gramática*?

Mattoso respondeu diplomática e educadamente a todas as perguntas feitas pelo jovem repórter, mas absteve-se de responder à última questão. Concluiu Claudio Cezar: “*Poderia ter dito simplesmente que não a integrou porque não era professor do Colégio Pedro II, razão cômoda, mas improvável, pois afinal também era funcionário público federal – lecionava na Universidade do Brasil (UFRJ). Preferiu manter a descrição – mas essa é uma história sobre outros bastidores. E não dos da NGB*”.

Façamos, quanto a esta parte, uma pequena observação, para que o reparo seja feito numa provavelmente breve segunda edição: os parágrafos que antecedem a reprodução do manuscrito do professor Mattoso simplesmente não nos antecipam que o documento foi por ele redigido. Só na página seguinte, deparamo-nos com o sobrenome “Mattoso”, assim, de chofre, o que causa surpresa, já que nos falta a referência primeira. Alguma informação foi acidentalmente suprimida, é claro, coisas de computador, mas é bom que esse deslize seja corrigido.

O capítulo “Nomenclatura Gramatical Brasileira na Berlinda” é uma valiosa compilação de “vários depoimentos colhidos ao longo dos últimos cinquenta anos” sobre a NGB. Destaque mais uma vez para Mattoso Câmara Jr. que, a despeito dos diplomáticos elogios feitos à Nomenclatura quando de sua publicação, afirmou, em comunicação feita na Universidade de Harvard, em 1966, que não havia nela “qualquer doutrina gramatical coerente”. Esta comunicação foi publicada nos *Dispersos* organizados por Carlos Eduardo Falcão Uchoa (Ed. Lucerna, 2004).

É no capítulo “Terminologia hoje” que Claudio Cezar retoma suas firmes posições acerca do assunto, mostrando que, se de um lado a NGB foi deixada na sarjeta pelo adventos de novos métodos e teorias gramaticais, de outro o que ocorreu foi a simples substituição de uma nomenclatura por outra, com termos ainda mais rebarbativos. Para tanto, demonstrou, por meio de questões de vestibular, do

ENEM e dos textos dos PCNs que, ora a nomenclatura era substituída por terminologia mais complicada, ora apenas se fazia elíptica nos enunciados.

O capítulo seguinte, “Passo à frente”, em tom de (máis do que merecida) homenagem, destaca artigo do mestre Evanildo Bechara sobre o assunto. E, logo em seguida, seguem-se as opiniões de nada menos que CINQUENTA especialistas de todos os cantos do Brasil sobre o assunto. Opiniões diversas, ainda que, na maior parte, os professores convirjam na necessidade da existência de uma nomenclatura oficial. Poucos destoam dessa opinião. Um deles é Sírio Possenti, que afirma peremptoriamente que a nomenclatura, “além de não ajudar, atrapalha”. Outro – o que sinceramente me surpreendeu, perdoem a ingenuidade deste resenhista neófito – foi Luiz Carlos Cagliari, que não somente declarou achar “um absurdo total haver uma norma [que não é norma] do Ministério da Educação que obriga [se não é norma, não obriga – apenas *recomenda*] as editoras e autores de obras didáticas a seguir uma nomenclatura gramatical”. O pior é que Cagliari ainda estende sua crítica mordaz ao recente acordo ortográfico, o que mais ainda me surpreende, haja vista ser ele um especialista no assunto. Vejamos: “Já não basta o nosso governo (e agora outros também) cometerem o absurdo de transformar a ortografia em objeto de lei? Quem manda na linguagem? Quem manda na ciência?”

O trecho acima citado é no mínimo preocupante, sinceramente. Quem disse que o governo “transformou” a ortografia em objeto de lei, se desde o começo do século ela já é oficialmente estabelecida? “E então, que quereis?”, perguntaria Maiakóvski. Que voltemos ao tempo dos escrivães, quando cada qual grafava a seu bel-prazer?

Por fim, a obra traz importantíssimos documentos anexos. Além do anteprojeto da Nomenclatura e da Nomenclatura que foi definitivamente proposta, lá estão a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, de 1967, e a novíssima TLEBS (Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário), que veio a substituir aquela em terras lusitanas, e que também provocou uma polêmica danada por lá.

Mas, acima de tudo, o livro de Claudio Cezar Henriques discute a necessidade (ou não) de se reformular nossa nomenclatura gramatical, tal como se fez na terra de Camões, no que concerne não somente aos chamados termos da gramática tradicional, mas também aos inúmeros termos trazidos por novos domínios como a Linguística Textual e a Análise do Discurso, entre outros.

Há os que francamente acham que se preocupar com isto é bobagem, mormente numa época em que o que menos se cobra nas provas de vestibulares e de concursos é a tal da nomenclatura (ainda que ela seja sub-repticiamente cobrada). Há ainda os que criticam a NGB por ter negligenciado uma série de fenômenos linguísticos, coisa que tentei pseudofilosoficamente explicar acima. E há aqueles que, *quod erat demonstrandum*, proclamam aos quatro ventos a desnecessidade de uma nomenclatura para o ensino de Língua Portuguesa.

Na minha humilde opinião, o buraco é mais em cima. Volto a lembrar o que o professor de Sofia Amundsen disse acerca de Aristóteles e fico com a posição defendida por Mário Perini em “Sofrendo a Gramática”: independentemente do fato de que a escola tem de nos ensinar a ler e escrever bem a língua padrão, e isso se aprende fundamentalmente lendo e escrevendo, o ensino de gramática é uma forma de melhor conhecermos o mundo e os mecanismos dessa fantástica tecnologia que é a linguagem humana. E, para isso, a adoção de uma terminologia é ferramenta de grande utilidade. Por isso, há que se refletir de modo consequente sobre este assunto. E não há no momento, em minha opinião, obra mais bem fundamentada do que a de Claudio Cezar Henriques para se empreender, de forma científica, séria e responsável, esta reflexão.

André Nemi Conforte é professor do Instituto de Letras